

“Não haverá inflação abaixo de 15% ao mês”

Mário Henrique Simonsen — Acredito que o produto só vai crescer de 3% a 3,5%. Este número é algo que as estatísticas afirmam. De qualquer forma a economia brasileira não podia tentar crescer no mesmo ritmo que vinha crescendo. Por outro lado, me parece que o ministro Bresser tem uma abordagem mais realista no que diz respeito à renegociação externa, à maneira pela qual ela pode vir a ser feita, na necessidade de que ela venha a ser feita para que o Brasil não venha sofrer um estrangulamento cambial de importações que paralise a sua indústria, agravando ainda mais uma recessão iminente. Portanto, de maneira geral o que o governo tem dito me parece se situar numa perspectiva realista. Há, no entanto, um problema prático. O ministro, num artigo escrito quando ele ainda era professor, disse uma série de verdades. Por exemplo, que o Brasil precisava de um realinhamento cambial, que já foi feito. Disse também que depois seria necessário o realinhamento de uma série de preços. Defendeu ainda o corte do déficit público via elevação de tarifas de serviços de utilidade pública e via redução de subsídios e, posteriormente, quando o déficit estivesse sob controle e os preços devidamente realinhados, uma inflação de 15% a 20% ao mês não se combateria sem algum choque. No que ele está perfeitamente correto do ponto de vista de diagnóstico da economia. O problema prático, é claro, é que quando o professor se transformou em ministro essas previsões todas começaram a fazer parte das antecipações dos agentes econômicos. Uma pequena máxi podia ser feita no primeiro dia. Eu creio que nesses próximos meses, pelo menos enquanto não houver qualquer choque, não se pode esperar nenhuma inflação abaixo de 15%. É bem possível que a inflação vá bem acima dos 18% que estão sendo previstos para abril. Aí o governo fica realmente diante de um dilema sério. Se ele antecipa o choque, corre o risco de praticar o choque antes da hora propícia em termos de nível de déficit público e de realinhamento de preços. Por outro lado, se deixar para quando houver condições técnicas para tal há o risco de que a inflação, nesse meio-tempo, se torne de tal forma insuportável que o próprio apoio político às medidas do governo comece a ceder e que o próprio presidente seja impelido, por motivos políticos, a pedir uma antecipação do choque. Eu creio que talvez uma medida de meio porte para esse período de transição seja limitar os reajustes de preços em até 90% da OTN. Ou seja, os preços que estariam hoje em liberdade vigiada poderiam ser reajustados au-

tomaticamente, mas não mais do que 90% da OTN todo mês.

Rogério Werneck — Com base na média dos três meses anteriores?

Simonsen — A regra que havia no tempo do Delfim, que autorizava o reajuste automático por 80% da ORTN. Você não pode realmente, numa inflação de 20% ao mês, adiar o reajuste de preços por três, quatro meses, sem quebrar as empresas.

Francisco Lopes — Nesse ponto o controle de preços não funciona efetivamente. Você acabando de reajustar os preços públicos mais ou menos com o da OTN, acaba desalinhando mais.

Paul Singer — Eu acho que o assunto da ordem do dia é o mesmo do dia em que nos reunimos pela primeira vez aqui, por ocasião do Plano Cruzado. São os preços relativos. Vale a pena constatar que com uma inflação alta, como tínhamos na época do Cruzado e voltamos a ter agora, o realinhamento dos preços é impossível. A lógica da inflação está exatamente em que estamos sempre praticando preços que estão errados. Porque não há coincidências nos reajustes, nem de preços, nem de salários. Eu tenho sérias dúvidas de que a idéia do choque tenha alguma viabilidade, qualquer que seja o momento. Um choque agora tenderia a repetir a situação do ano passado: durante algum tempo os preços desalinhados se agüentam, mas depois eles acabam fugindo ao controle. Eu acho que nós deveríamos tentar partir para algum tipo de alinhamento setorial de preços e salários. A única coisa que o Simonsen não mencionou, mas que está sendo discutido desde o início do Plano Cruzado, é o entendimento, pacto social, ou o nome que se queira dar. É preciso tentar chegar a algum tipo de acordo. Eu acho que em vez de choque, devíamos pensar em algum tipo de sistema que permitisse reduzir paulatinamente a inflação. É a tal da abertura lenta e segura. Não há nenhum setor social brasileiro que não acredite que neste momento esteja perdendo violentamente para a inflação. Ninguém está se beneficiando e ninguém abre mão de coisa nenhuma.

Rogério Werneck — Eu acho que é interessante discutir as possibilidades técnicas. Mas eu acho que é mais importante observar as condicionantes políticas do momento atual. A dificuldade que a política econômica vai ter de enfrentar é enorme e já seria uma tarefa extremamente difícil fazer o que tem de ser feito caso fosse uma equipe experiente, uma equipe brilhante, respaldada por um presidente capaz de contrariar interesses, com um presidente apoiado por um partido político e trabalhando em perfeita con-

sonância com esse partido político e liderado por uma cúpula extremamente lúcida a respeito das limitações e possibilidades na formulação de política econômica no Brasil. Nós sabemos que não temos exatamente esse quadro.

Francisco Lopes — É dentro do Brasil, não na Suíça.

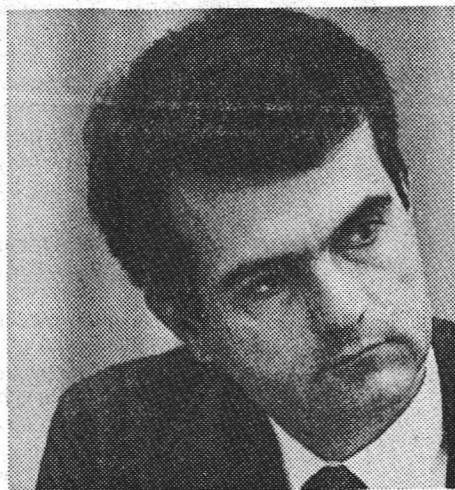
Werneck — Pois é. Mas os problemas são gigantes, de qualquer modo. Eu acho que esse lado é que vai pegar. Eu queria chamar a atenção para o fato de que o fator fundamental para a aplicação do choque é o elemento surpresa. Outro fator é o apoio popular, respaldo político que não vai haver. Nós estamos com essa situação extremamente peculiar entre parlamentarismo e Macunaíma que impossibilita, por melhor que sejam as intenções e a capacidade do ministro da Fazenda, a aplicação de uma política econômica coerente. Outro condicionante para o sucesso do choque seria o reordenamento mínimo das contas públicas. Eu não vejo o ministro da Fazenda com respaldo político suficiente para conseguir sucesso nessa área.

César Maia — Eu acho que não podemos passar por essa fase da história da nossa economia sem alocar responsabilidades à equipe econômica que saiu. Isso é uma matéria do JORNAL DO BRASIL de domingo, onde se lêem os maiores escândalos da história da República. Pois essa equipe conseguiu construir um ambiente de difícil equacionamento e de repercussões sociais muito graves. Nós temos hoje, além da inflação, uma recessão vindo inexoravelmente na contramão. Acho que o ministro Bresser Pereira foi demasiadamente generoso como o ministro que saiu quando colocou como meta sua os 3% ou 3,5% de crescimento. Na verdade, ele recebeu a economia em plena recessão. Os últimos passos da equipe anterior na Fazenda foram grotescos. Não podemos aceitar, por outro lado, que continuem levando leigos para o Banco Central. Eu não tenho dúvidas de que do Banco Central não vai sair nenhuma iniciativa criadora. O novo presidente é um excelente técnico, pessoa fantástica, mas não tem qualificação técnica para assumir o cargo num momento de crise. A questão que se coloca hoje é o que nós vamos fazer para minimizar o custo social da recessão. Acho que o governo deve promover uma política de emprego compensatório no interior e nas áreas da periferia urbana.

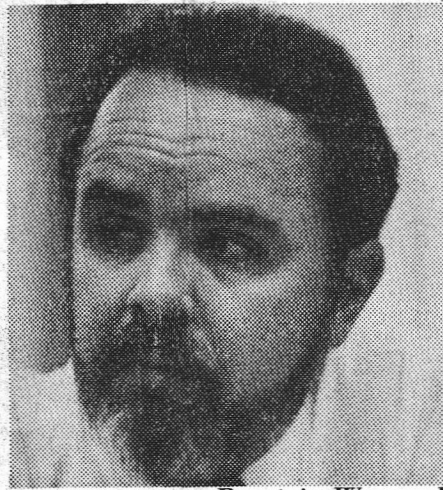
Francisco Lopes — Eu acho que há um certo exagero falar em recessão com o crescimento de 3,5% da economia. Se a gente considerar que a indústria no ano passado cresceu mais de 10%, a indústria este ano creça 2%, 3%, acho que estaremos crescendo. A média de 86 e 87 é 7%.

Acho que é importante fugir dessa excessiva preocupação com o curto prazo, que tem dominado as avaliações da economia. Eu concordo com o César Maia, talvez o ministro Bresser devia ter dito: se nada for feito nós podemos ter uma economia que vai crescer menos de 3%.

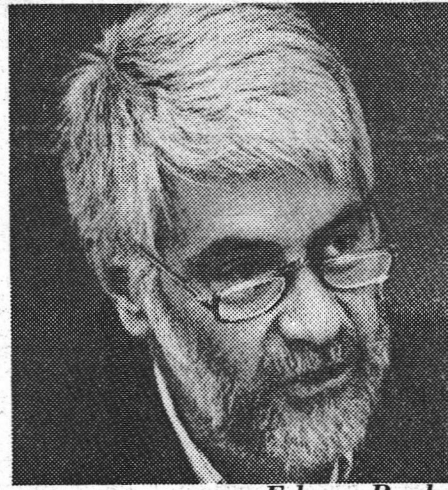
Lopes — Com relação à inflação, é preocupante a perspectiva de viver no contexto de uma inflação de 20%. O Simonsen colocou muito bem a questão da possibilidade de um novo choque, afirmando que há uma grande diferença hoje quando a gente compara a situação atual com antes do Cruzado. Eu concordo com o Simonsen. Todo bom economista entende que uma inflação da ordem de 20% dificilmente poderá ser combatida gradualmente, no que eu discordaria do Singer, pelo simples fato de que um programa gradual de combate à inflação é muito vulnerável. A taxa de inflação caindo muito lentamente, numa economia altamente vulnerável a choques estruturais, pode facilmente voltar a subir. Basta um choque agrícola ou outro choque qualquer. Não há soluções fáceis, graduais. Elas têm que ser mesmo heróicas. Se nós quisermos fazer um novo programa de congelamento dificilmente nós vamos conseguir o elemento surpresa, não apenas pelo fato de que o governo brasileiro tem mostrado que raramente consegue manter qualquer coisa em segredo, mas também porque todos estarão esperando qualquer coisa desse tipo. Eu acho que não tem solução. Não adianta pensar em 90% da OTN. Acho que talvez o que nós devíamos discutir aqui — eu gostaria até de ouvir o que o Simonsen tem a dizer a respeito — são as alternativas que não partem para o congelamento. Por exemplo, o sistema Larida. Será que, dado esse tipo de impasse, dado essa governação, e dado que os economistas concordam em que não há como sair da inflação sem uma solução heterodoxa, a alternativa de indexar a economia seria uma saída? Isso talvez seja uma solução a ser considerada. É claro que o projeto Larida, ao contrário de outros experimentos, não foi testado em condições controladas. Mas ele pode ser uma alternativa para o dilema brasileiro. De qualquer modo, eu não tenho dúvida de que nós vamos ver que as idéias do Cruzado continuam válidas, nós não destruímos a base conceitual teórica do choque heterodoxo. E eu discordo do Rogério que a gente deva esperar virar Suíça para fazer isso. Nós vamos ter que fazer isso com o Brasil mesmo, com os políticos que nós temos. Mas aí terá que ser um grande presidente, um grande Congresso, uma grande Constituição.



Márcio Fortes



Rogério Werneck



Edmar Bacha



Cesar Maia